



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira		IBovespa nos últimos dias				Na segunda-feira		Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,21%	0,29%	169.649	170.370	17/6	18/6	R\$ 5,141	(-0,45%)	R\$ 1.621	R\$ 5,875	14,15%	14,15%	Dezembro/2025 0,33
São Paulo	Nova York			19/6	22/6							Janeiro/2026 0,33
												Fevereiro/2026 0,70
												Março/2026 0,88
												Abril/2026 0,67

PERSPECTIVAS

Indústria na pauta dos pré-candidatos

CNI entrega aos presidenciaíveis propostas defendidas pelo setor para os próximos anos e defende “Plano Safra” para o setor

» RAPHAEL PATI

Atrás da agropecuária e dos serviços em termos de participação na economia brasileira, a indústria convive com uma estagnação de produtividade e de empregos, como mencionado por próprios representantes do setor durante evento, ontem, em Brasília. O encontro serviu para apresentar as pautas dos industriais para os próximos anos. Com o título *Construindo o Brasil 2050: A Indústria na agenda dos presidenciaíveis*, o evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) reuniu três pré-candidatos à presidência da República: Flávio Bolsonaro (PL), Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (PSD).

No documento entregue aos presidenciaíveis, a CNI reconhece o avanço na agenda industrial com o programa Nova Indústria Brasil (NIB), lançado em 2024, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do então ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. No entanto, a entidade acredita que o programa por si só não foi suficiente para alavancar a produtividade da indústria.

“A nova política industrial precisa do respaldo institucional conferido aos planos de outros setores. O agronegócio brasileiro, por exemplo, é hoje uma potência global porque conta há décadas com amparo legal estável, governança e estratégias previsíveis”, destacou o presidente da CNI, Ricardo Alban. A entidade menciona programas voltados para outros setores da economia, como o Plano Safra – que desde 2003 tem sido um sucesso para o agronegócio –, para defender um projeto que impulse concretamente o setor.

Mesmo com o aumento do número de empregos nos últimos anos, a confederação avalia que esse crescimento foi sustentado por cargos de menor remuneração. Além disso, ela alerta para o problema da desindustrialização,

Iano Andrade/CNI



O presidente da CNI, Ricardo Alban, discursa no encontro com os pré-candidatos à Presidência: setor defende reforço na política industrial

que teve início ainda na década de 1980 e que mantém o setor estagnado em relação a outros países emergentes. A indústria de transformação respondia por 35,9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1985 e hoje representa apenas 13,7% da economia geral.

No documento apresentado aos pré-candidatos, a entidade defende que o desestímulo à economia é um dos principais responsáveis pelo atraso no avanço da atividade econômica em relação a outros países emergentes. De 2000 a 2024, o crescimento médio anual do PIB brasileiro foi de apenas 2,3%, enquanto que outras nações como Índia (6,3%), Turquia (4,9%), Indonésia (4,9%), Malásia (4,5%) e Coreia do Sul (3,5%) tiveram resultados bem mais expressivos no mesmo período.

De acordo com a CNI, a cada R\$

1 investido na indústria de transformação, R\$ 2,69 retornam para a economia, o que representa um retorno mais expressivo se comparado à agropecuária (R\$ 1,71) e aos serviços (R\$ 1,52). Mesmo assim, a maior parcela dos produtos manufaturados é importada. Em 2025, as exportações de manufaturados responderam por 28% do total das exportações brasileiras, enquanto que as importações representaram 85% de todos os produtos adquiridos pelo país, o que fez com que o déficit transaccional nesse segmento chegasse a US\$ 149 bilhões.

O presidente da CNI acredita que o maior desafio para a indústria brasileira é crescer de forma rápida e sustentável e que a política fiscal deve andar lado a lado com a política macroeconômica. Ele recorda o nível elevado da taxa básica de juros, que atualmente

está em 14,25% ao ano, e é um dos principais freios para o crescimento da atividade econômica. “O estado precisa garantir um ambiente de negócios pautados pela estabilidade das regras e por agências reguladoras fortalecidas e independentes que assegurem o bom funcionamento dos mercados”, acrescentou o presidente da confederação.

Pontos principais

O documento elaborado pela CNI e que foi entregue na tarde de ontem aos presidenciaíveis enumera três pilares fundamentais para o setor nos próximos anos: a defesa da macroeconomia para o crescimento sustentável, garantir políticas viáveis para o desenvolvimento produtivo, além de reduzir o Custo Brasil e melhorar o ambiente de negócios.

Além disso, estabelece oito compromissos a serem adotados pelo próximo presidente da República que, segundo a entidade, representam “escolhas estratégicas” para mudar a trajetória do país.

A agenda da CNI ainda separa um trecho para a transição energética — tema que a entidade acredita que o Brasil possui todas as condições para ser protagonista nos próximos anos. Entre os temas que a confederação pede prioridade, está a adoção do marco regulatório de hidrelétricas reversíveis, além da Política Nacional de Economia Circular pela força da lei. “Podemos consolidar o Brasil verde digital, convertendo os nossos diferenciais com a matriz energética limpa e a maior biodiversidade do planeta em vantagens competitivas reais”, completa o executivo.

Aporte bilionário

» FERNANDA STRICKLAND
» PEDRO JOSÉ*

Em comemoração aos 74 anos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou novos investimentos e iniciativas voltadas ao fortalecimento da indústria brasileira, à inovação, à transição ecológica e ao desenvolvimento sustentável.

A principal medida do pacote do governo envolve a ampliação de recursos para a Nova Indústria Brasil (NIB), política industrial do governo federal voltada ao desenvolvimento de setores estratégicos da economia. A iniciativa receberá mais de R\$ 140 bilhões em recursos até dezembro de 2026.

Do total, R\$ 102,5 bilhões serão disponibilizados pelo BNDES e R\$ 37,5 bilhões pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Com o novo aporte, a política industrial ultrapassará R\$ 750 bilhões em recursos disponíveis para investimentos no período de 2023 a 2026.

Entre as áreas consideradas estratégicas estão fertilizantes, máquinas agrícolas, insumos farmacêuticos ativos (IFAs), biofármacos, terapias avançadas, mobilidade sustentável, inteligência artificial, audiovisual, minerais críticos e tecnologias duais.

Durante a cerimônia, também foi lançado o portal Investe Indústria Brasil. A plataforma funcionará como um instrumento de acompanhamento da política industrial, reunindo informações sobre investimentos previstos, demandas empresariais e gargalos dos setores prioritários.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

O que eles disseram

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Romeu Zema teceu críticas à atual estrutura dos programas sociais no Brasil e defendeu uma revisão deles para elevar o nível de emprego formal na indústria e no setor produtivo nacional. Durante exposição feita no evento da CNI, na tarde de ontem, o ex-governador de Minas Gerais disse que o país está criando uma geração de “imprestáveis”. Zema ainda criticou o presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT). disse que o país precisa de um “choque contra a ganância”. Zema também defendeu reformas estruturantes, como a administrativa, e uma nova reforma da previdência, além de alfinetar a proposta de redução da jornada semanal de trabalho. Fora do campo econômico, o pré-candidato provocou outros postulantes ao Palácio do Planalto ao afirmar ser o que mais critica os chamados “intocáveis”, segundo um jargão utilizado pelo próprio Zema ao se referir a uma classe política em Brasília.



No debate promovido pela CNI, Flávio Bolsonaro defendeu a privatização de empresas que atualmente operam deficitárias sob o guarda-chuva estatal. Segundo ele, há companhias nessas condições dentro da Petrobras. Além das organizações estatais, Flávio mencionou a manutenção de imóveis subutilizados da União como geradores de despesa para o país. “Tem mais de R\$ 1 bilhão em imóveis que geram despesas, podiam ser colocadas em fundo para que fosse administrado e gerasse alguma divisa ou aumento de receita para a União”, disse o pré-candidato. Ele também defendeu a exploração do pré-sal da margem equatorial e a revisão no método atual dos leilões de petróleo para ampliar as receitas aos cofres do governo. Flávio Bolsonaro também afirmou que os altos juros inviabilizam o investimento na produção, empurrando o capital para o setor financeiro. “Não dá para fingir que está tudo bem na economia brasileira. Não está. As mais de 5,8 mil empresas que estão pedindo recuperação judicial, 20% das empresas do agronegócio estão colocando suas propriedades à venda porque não têm como pagar suas dívidas”, disse o senador.



Ronaldo Caiado falou do impacto da criminalidade na economia. Disse que o narcotráfico expulsa as “pessoas de bem” da economia formal e comparou a situação ao que acontece no México, onde os cartéis ainda atuam com mais força e movimentam uma parcela relevante dos recursos no país. Além de comercializar drogas, esses grupos atuam em setores formais da economia para manter a atuação dos esquemas criminosos, segundo o presidencial. “As pessoas falam que o Brasil vai virar uma Venezuela. Elas estão enganadas. O Brasil, se continuar com o PT (Partido dos Trabalhadores) vai virar uma “mexicanização”, onde a economia formal vai ser toda invadida pelo crime. Essa, sim, é a ocupação territorial da economia formal, a ocupação do espaço político, dos poderes e, aí sim, se estabelece dentro da democracia”, disse Caiado. O pré-candidato ainda disse que pretende enviar ao Congresso Nacional uma série de reformas para reduzir o “Custo Brasil” — que ele chamou de “Custo PT” — caso seja eleito em outubro.

